



MINISTÉRIO
PÚBLICO
DE CONTAS
— ESTADO DO —
ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES 2020 1º TRIMESTRE

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão

Zelar pelo cumprimento da Constituição da República e da Constituição do Estado do Espírito Santo, especialmente no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado do Espírito Santo e de seus municípios.

Visão

Ser reconhecido como uma instituição capaz de promover efetivamente o controle externo da Administração Pública no Espírito Santo.

Valores

- Defesa da legalidade e dos princípios constitucionais da Administração Pública;
- Transparência;
- Autonomia;
- Independência;
- Honestidade;
- Respeito às pessoas e às instituições.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém a resenha das atividades específicas do Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES) e dados sobre o andamento dos processos de execução dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), cujo monitoramento está entre as atribuições deste órgão ministerial, no 1º trimestre de 2020.

O documento reúne as informações relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2020, consolidadas pelo Núcleo de Comunicação do MPC-ES, a partir dos dados obtidos no sistema e-TCEES, encaminhados pela Secretaria do Ministério Público de Contas e pelas Procuradorias de Contas.

Este relatório foi elaborado em meio ao avanço da pandemia da Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus que se disseminou por todo o mundo, com o MPC-ES funcionando exclusivamente por meio de trabalho remoto, assim como a maior parte das organizações governamentais do Estado do Espírito Santo. Nesse contexto, apresentamos aqui um breve resumo das atividades do MPC-ES nesses três primeiros meses de 2020.

Luis Henrique Anastácio da Silva

Procurador-Geral

SUMÁRIO

1- Atividades de Controle Externo	5
1.1- Sessões Plenárias	5
1.2- Pareceres.....	6
1.3- Representações.....	6
1.4- Recursos.....	6
2- Execução de Acórdãos.....	7
3- Atividades Administrativas.....	8
3.1- Gestão de pessoas.....	8
4- Anexos	9
Anexo I – Pareceres Detalhados por Assunto	10
Anexo II – Representações ..	12
Anexo III – Recursos	13

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

1.1 SESSÕES PLENÁRIAS

Conforme determinação constante do inciso V, art. 3º, e do inciso II, art. 4º, ambos da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas fez-se presente nas Sessões Ordinárias realizadas nos três primeiros meses de 2020 pelo Plenário, 1ª Câmara e 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sendo representado pelos seus três procuradores – Luis Henrique Anastácio da Silva, Luciano Vieira e Heron Carlos Gomes de Oliveira – com participação consoante previsão na Portaria 001/2016 da Procuradoria-Geral de Contas. Em razão da pandemia do novo coronavírus, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março, as sessões presenciais foram suspensas a partir de segunda quinzena de março nos três colegiados.

No 1º trimestre de 2020, os procuradores fizeram pedidos de vista de dois processos submetidos a julgamento nos colegiados da Corte de Contas.

Os procuradores do MPC-ES também participaram da única Sessão Especial do Plenário realizada no período, na qual ocorreu a posse do novo procurador-geral do MPC-ES, Luis Henrique Anastácio da Silva. O TCE-ES também realizou Sessões Administrativas, nas quais a participação de membros do Ministério Público de Contas é facultativa. As sessões estão detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Sessões

Tipo de Sessão	2020 – 1º Trimestre		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Ordinária	*8	*8	*8
Especial	1	-	-
Extraordinária	1	-	-
Administrativa	2	-	-
Total de sessões	12	8	8

**A 7ª e a 8ª sessões ordinárias do Plenário, da 1ª Câmara e da 2ª Câmara tiveram as pautas publicadas, mas não chegaram a ocorrer devido à suspensão das atividades presenciais.*

1.2 PARECERES

No 1º trimestre de 2020, ingressaram 2.373 processos no Ministério Público de Contas e foram emitidos 1.243 pareceres, os quais estão detalhados por assunto no **Anexo I**. Os processos submetidos à apreciação do Ministério Público de Contas foram distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias, obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural.

1.3 REPRESENTAÇÕES

Conforme disposto no **inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008**, compete aos procuradores de Contas promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa. Com base nessa competência, o MPC-ES ofereceu ao Tribunal de Contas duas representações no 1º Trimestre de 2020, conforme detalhamento no **Anexo II**.

1.4 RECURSOS

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do TCE-ES, podendo interpor os recursos e requerer as revisões previstas em lei, consoante disposto no **inciso III do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008**.

Ao longo do 1º trimestre de 2020, foram interpostos **28** recursos pelo MPC-ES, conforme descrito no **Quadro 2** e detalhamento apresentado no **Anexo III**.

Quadro 2 – Recursos por Procuradoria

Tipo de Recurso	Primeira Procuradoria	Segunda Procuradoria	Terceira Procuradoria	Procuradoria-Geral	Total
Embargos de declaração	1	3	1	1	6
Pedido de Reexame	-	6	1	-	7
Recurso de Reconsideração	-	6	8	1	15
Total	1	15	10	2	28

2. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

Conforme atribuição estabelecida no artigo 3º, inciso VII, da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas encaminha os títulos executivos emitidos pelo TCE-ES, por meio de ofício, a fim de que os órgãos competentes adotem as providências cabíveis para cobrança, judicial ou administrativa, de valores relativos às condenações sofridas na Corte de Contas.

No 1º Trimestre de 2020, foram cadastradas no sistema de execução 72 novas cobranças, a partir de acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas e encaminhados pelo MPC-ES à Procuradoria-Geral do Estado e às Procuradorias dos municípios. As atividades de monitoramento e acompanhamento da execução das cobranças são feitas pela Procuradoria-Geral do MPC-ES, em conjunto com a Secretaria do Ministério Público de Contas. Os dados sobre essas atividades estão no **Quadro 3**, abaixo:

Quadro 3 – Atividades de Monitoramento e Execução de Cobranças

Acompanhamento de execução	2020 – 1º Trimestre
Termos de atualização de valores a cobrar	67
Termos de verificação de valores pagos	41
Novas cobranças cadastradas no sistema de execução	72
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 114.864,11
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 9.706,72
Total de multas e ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos	R\$ 124.570,83

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 – GESTÃO DE PESSOAS

A estrutura operacional do Ministério Público de Contas contava, ao final do 1º trimestre de 2020, além dos três procuradores de Contas, com 22 servidores e seis estagiários, assim distribuídos entre as Procuradorias, conforme **Quadro 4**:

Quadro 4 – Distribuição de Pessoal no MPC-ES

Procuradoria	Cargo	Quantidade
Procuradoria-Geral	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Adjunto Operativo	1
	Estagiário Nível Superior	1
Secretaria do MPC	Secretário-geral	1
	Assessor de Controle Externo	6
	Estagiário Nível Superior	1
1ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	1
2ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	2
	Estagiário de Pós-graduação	1
	Estagiário Nível Superior	1
3ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Estagiário Nível Superior	2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º Trimestre - 2020

ANEXOS

ANEXO I – Pareceres Detalhados por Assunto

ANEXO II – Representações

ANEXO III – Recursos

ANEXO I – PARECERES DETALHADOS POR ASSUNTO

Pareceres detalhados por assunto	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Agravo	8			
Auditoria (Controle Externo - Fiscalização)	56			
Auditoria Especial				
Auditoria Ordinária				
Consulta	8			
Denúncia (Controle Externo - Fiscalização)	12			
Embargos de Declaração	17			
Exceção				
Fiscalização Ordinária				
Incidente de Impedimento				
Lei Orçamentária Anual				
Pedido de Reexame	16			
Pedido de Revisão	11			
Pessoal Admissão de Servidores Efetivos	1			
Pessoal Admissão	66			
Pessoal Aposentadoria	342			
Omissão de Resumo de Concursos do Exercício Anterior	1			
Exame de Instrumento Convocatório				
Pessoal Edital Concurso Público	22			
Pessoal Pensão	52			
Pessoal Reforma	17			
Pessoal Reserva	30			
Revisão de Ato	1			
Prejulgado				
Prestação de Contas Anual de Governador				
Prestação de Contas Anual de Ordenador	249			
Prestação de Contas Mensal				
Prestação de Contas Anual Prefeito	58			
Prestação de Contas Extraordinária	1			
Prestação de Contas Bimestral				
Prestação de Contas de Convênio				
Recurso de Reconsideração	57			
Recurso Inominado				
Reexame de Decisão				
Relatório de Gestão Fiscal	6			
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	1			
Representação (Controle Externo - Fiscalização)	101			
Requerimento				
Tomada de Contas Especial Determinada	10			
Tomada de Contas Especial Instaurada	9			
Tomada de Contas Especial Convertida	7			

Inspeção (Controle Externo - Fiscalização)	7			
Solicitação de Auditoria / Inspeção	1			
Estudos de Casos Especiais				
Encaminhamento				
Execução				
Monitoramento (Controle externo - Fiscalização)	8			
Incidente de Suspeição				
Levantamento	1			
Acompanhamento (Controle Externo - Fiscalização - Auditoria)	3			
Omissão (Controle Externo - Fiscalização)	9			
Omissão Prestação de Contas (Controle Externo - Fiscalização)	50			
Omissão de Relatório de Gestão Fiscal (Controle Externo - Fiscalização)	2			
Omissão de Relatório Resumido de Execução Orçamentária (Controle Externo - Fiscalização)	3			
Solicitação de Auditoria/Inspeção				
Lei de Diretrizes Orçamentárias				
Conflito de Competência				
Manifestações do GAPGC				
TOTAL	1.243	-	-	-

ANEXO II

REPRESENTAÇÕES

Segunda Procuradoria

- **Processo 891/2020, de 12/02/2020** – Propõe a condenação do ex-prefeito de Venda Nova do Imigrante Dalton Perim e do espólio do ex-prefeito Braz Delpupo, juntamente com o Instituto de Gestão Pública (Urbis), ao ressarcimento de mais de R\$ 4,3 milhões, em razão do dano causado pela incidência de juros e multas sobre valores indevidamente compensados pela Prefeitura de Venda Nova junto à Receita Federal, relativos a contratos firmados com o Instituto Urbis.
- **Processo 1633/2020, de 13/03/2020** – Aponta desvio de função e de finalidade na nomeação de centenas de servidores comissionados na Prefeitura da Serra e pede que o município deixe de aplicar a Lei Municipal 2.356/2000, que criou os cargos em comissão de assistente técnico e de assessor técnico, por não descrever nenhuma atribuição de chefia, direção e assessoramento para esses cargos. Também requer que seja negada aplicação a trecho da Lei Municipal 4.829/2018 e aos Decretos 8.189/2016 e 2.301/2018.

ANEXO III - RECURSOS

Procuradoria-Geral

- **Recurso de Reconsideração 217/2020** — interposto em 14/01/2020 contra Acórdão 1322/2019, no Processo 1843/2009. Jurisdicionado: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
- **Embargos de Declaração 790/2020** — interposto em 07/02/2020 contra Decisão Monocrática 79/2020, no Processo 9000/2013. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Aracruz

Primeira Procuradoria

- **Embargos de Declaração 80/2020** — interposto em 08/01/2020 contra Acórdão 1393/2019, no Processo 7138/2015. Jurisdicionado: Fundação Médico Assistencial de Rio Novo do Sul

Segunda Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 172/2020** — interposto em 14/01/2020 contra Acórdão 1092/2019, no Processo 7383/2012. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal da Serra
- **Pedido de Reexame 257/2020** — interposto em 14/01/2020 contra Decisão 2993/2019, no Processo 2801/2019. Jurisdicionado: IPAJM – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo
- **Pedido de Reexame 561/2020** — interposto em 27/01/2020 contra Decisão 2443/2019, no Processo 3591/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Viana
- **Embargos de Declaração 787/2020** — interposto em 06/02/2020 contra Acórdão 1725/2019, no Processo 1672/2017. Jurisdicionado: Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A (Ceasa-ES)
- **Recurso de Reconsideração 888/2020** — interposto em 12/02/2020 contra Parecer Prévio 84/2019, no Processo 5186/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal da Serra
- **Embargos de Declaração 1098/2020** — interposto em 14/02/2020 contra Acórdão 1702/2019, no Processo 8521/2019. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Brejetuba
- **Embargos de Declaração 1118/2020** — interposto em 17/02/2020 contra Acórdão 1316/2019, no Processo 5516/2015. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Guarapari

- **Pedido de Reexame 1193/2020** — interposto em 20/02/2020 contra Decisão 3263/2019, no Processo 1649/2019. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra
- **Recurso de Reconsideração 1452/2020** — interposto em 05/03/2020 contra Acórdão 1430/2019, no Processo 120/2016. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy
- **Pedido de Reexame 1505/2020** — interposto em 10/03/2020 contra Acórdão 1436/2019, no Processo 6195/2010. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Pinheiros
- **Pedido de Reexame 1507/2020** — interposto em 10/03/2020 contra Decisão 3261/2019, no Processo 9586/2020. Jurisdicionado: Instituto de Previdência de Vila Velha
- **Recurso de Reconsideração 1508/2020** — interposto em 10/03/2020 contra Parecer Prévio 96/2019, no Processo 3909/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Baixo Guandu
- **Recurso de Reconsideração 1641/2020** — interposto em 16/03/2020 contra Parecer Prévio 6/2020, no Processo 3249/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte
- **Recurso de Reconsideração 1640/2020** — interposto em 16/03/2020 contra Parecer Prévio 119/2019, no Processo 4019/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Pedro Canário
- **Pedido de Reexame 1965/2020** — interposto em 17/03/2020 contra Decisão 3262/2019, no Processo 8530/2016. Jurisdicionado: IPS – Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra

Terceira Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 227/2020** — interposto em 15/01/2020 contra Acórdão 1063/2019, no Processo 6216/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vila Valério
- **Recurso de Reconsideração 763/2020** — interposto em 29/01/2020 contra Acórdão 1248/2019, no Processo 2884/2017. Jurisdicionado: Setop – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
- **Embargos de Declaração 849/2020** — interposto em 10/02/2020 contra Parecer em Consulta 25/2019, no Processo 5971/2018. Jurisdicionado: Assembleia Legislativa
- **Recurso de Reconsideração 1404/2020** — interposto em 04/03/2020 contra Parecer Prévio 90/2019, no Processo 4020/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Ibitirama

- **Recurso de Reconsideração 1459/2020** — interposto em 05/03/2020 contra Parecer Prévio 98/2019, no Processo 3710/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Sooretama
- **Recurso de Reconsideração 1454/2020** — interposto em 05/03/2020 contra Parecer Prévio 100/2019, no Processo 5123/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Colatina
- **Recurso de Reconsideração 1458/2020** — interposto em 05/03/2020 contra Parecer Prévio 105/2019, no Processo 3284/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul
- **Recurso de Reconsideração 1457/2020** — interposto em 05/03/2020 contra Parecer Prévio 99/2019, no Processo 4314/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vargem Alta
- **Recurso de Reconsideração 1616/2020** — interposto em 13/03/2020 contra Acórdão 1403/2019, no Processo 8539/2019. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Ibitirama
- **Pedido de Reexame 1604/2020** — interposto em 13/03/2020 contra Acórdão 1313/2019, no Processo 4077/2009. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio